



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL

## ESTADO DE SÃO PAULO

DA: DIRETORIA  
PARA: SEÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS  
Requisição/DFD Nº: 21/2025/Diretoria

### TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de reparação e adequação elétrica nas dependências da Câmara Municipal de Conchal, compreendendo fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários para a plena execução do serviço, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o art. 20 da Lei nº 14.133/21, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.818/2021, e nos regulamentos internos da Câmara Municipal de Conchal, no que couberem.
- 1.3. Em conformidade com o artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021 e justificativas contidas no item deste Termo de Referência, a publicidade dos valores estimados pela Administração será diferida para após a homologação da contratação com a Administração.
- 1.4. Fazem parte integrante deste Termo de Referência, os seguintes Anexos:  
ANEXO I – Modelo de proposta de preço;  
ANEXO II – Justificativas para o orçamento sigiloso e outras condições contratuais/editalícias;
2. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/JUSTIFICATIVA**
  - 2.1. Considerando que a ocorrência de falhas, sobrecargas e desconformidades na rede elétrica pode comprometer o funcionamento de equipamentos essenciais utilizados no dia a dia da Câmara, a reparação e adequação elétrica garantirão maior segurança operacional, evitando interrupções nas atividades legislativas e administrativas.
  - 2.2. Além dos vereadores, as dependências da Câmara recebem servidores, representantes da comunidade e demais convidados para reuniões, sessões e eventos institucionais. A confiabilidade das instalações elétricas contribui diretamente para um ambiente seguro e adequado, assegurando o pleno desenvolvimento das atividades e a participação de todos os presentes.
  - 2.3. Embora o foco principal seja a segurança e o bom funcionamento das instalações, a integridade dos equipamentos eletrônicos e de documentos importantes também justifica a adequação elétrica. A correção de falhas e a regularização da rede conforme normas técnicas auxiliam na preservação do patrimônio público, evitando danos decorrentes de quedas de energia, curtos-circuitos ou variações na rede elétrica.
  - 2.4. A instalação de aparelhos de ar-condicionado na sala de reunião e na cozinha da Câmara Municipal demanda infraestrutura elétrica adequada, de modo a suportar a carga adicional de energia exigida por esses equipamentos. Atualmente, a rede elétrica do prédio não possui pontos específicos dimensionados para esse fim.
  - 2.5. A execução dos serviços de instalação de novos circuitos elétricos, com fios e cabos devidamente dimensionados, visa assegurar a conformidade com as normas técnicas

Email: [contato@camaraconchal.sp.gov.br](mailto:contato@camaraconchal.sp.gov.br)

Avenida Prefeito Nelson Cunha, 101 – JD São Luiz – CEP: 13835.000 – Fone: (19) 3866-1197 – Conchal/SP

yg.





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL

### ESTADO DE SÃO PAULO

- vigentes (NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão e NR-10 – Segurança em Instalações Elétricas), prevenindo riscos de sobrecargas, curtos-circuitos e incêndios.
- 2.6. Além de garantir a integridade da rede elétrica e a preservação do patrimônio público, a adequação permitirá o funcionamento adequado dos sistemas de climatização, proporcionando conforto térmico a vereadores, servidores e visitantes, fator essencial para o bom desempenho das atividades legislativas e administrativas.
- 2.7. Além de garantir a integridade da rede elétrica e a preservação do patrimônio público, a adequação permitirá o funcionamento adequado dos sistemas de climatização, proporcionando conforto térmico a vereadores, servidores e visitantes, fator essencial para o bom desempenho das atividades legislativas e administrativas.
- 3. DESCRIÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:**
- 3.1. Encontram-se pormenorizada no Documento de Formalização de Demanda anexo ao procedimento.
- 3.2. Deverá ser realizada a substituição parcial dos cabos de pelo menos 08 (oito) aparelhos de ar-condicionado sendo refeita a infraestrutura (caixas em alumínio e eletroduto em PVC anti chamas e cabos PP com dupla isolamento e demais materiais conforme necessários para o reparo).
- 3.3. Serviços de instalações elétricas na Sala de Reuniões:
- 3.3.1. Fornecimento e instalação de 12 (doze) tomadas duplas na mesa de reunião, 10A, 127V, cor preta,
- 3.3.2. Fornecimento e instalação de 3 tomadas para utilização da televisão;
- 3.3.3. Fornecimento e instalação de 01 (um) ponto de HDMI (da mesa até a parede, com extensão de no mínimo 15 metros);
- 3.3.4. Instalação de 03 (três) pontos elétricos exclusivos para aparelhos de ar-condicionado de até 18.000 BTU's cada, sendo um ponto na cozinha;
- 3.3.5. Execução de infraestrutura externa em eletrodutos galvanizados;
- 3.3.6. Fornecimento de todo material necessário para o serviço.
- 3.4. Instalação de ponto elétrico na cozinha:
- 3.4.1.1. Execução de 01 (um) circuito elétrico em 220V, com aterramento funcional, para alimentação de fogão de indução;
- 3.5. A contratada deverá efetuar vistoria prévia para dimensionar corretamente a quantidade de equipamentos que necessitam da manutenção.
- 3.6. A execução da nova infraestrutura elétrica deverá contemplar, conforme a necessidade do local.
- 3.7. Fornecer todos os materiais, componentes e acessórios necessários para a execução dos serviços de reparação e adequação elétrica (como fiação, disjuntores, tomadas, conexões, eletrodutos, entre outros), assegurando o perfeito funcionamento das instalações, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e as boas práticas.
- 3.8. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Câmara Municipal que tiverem atividade econômica compatível com o seu objeto.
- 3.9. A empresa fica obrigada a apresentar a Nota Fiscal dos produtos, emitida pela contratada, no ato da entrega do material, para fins de conferência, estando sujeita a não aceitação do material pelo agente público.
- 3.10. A contratação será procedida com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a prestadora interessada comprovar o atendimento aos requisitos específicos legalmente previsto na lei de regência e comprovação da documentação de habilitação conforme item próprio deste Termo de Referência.

*28*





## **CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL**

### **ESTADO DE SÃO PAULO**

#### **4. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- 4.1. O prazo de entrega do material é de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da ordem de fornecimento emitida pela Câmara Municipal de Conchal.
- 4.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 4.3. O material deverá ser entregue no seguinte endereço: Avenida Prefeito Nelson Cunha, 101, CEP: 13836-220.
- 4.4. Horário para recebimento: Segunda-feira a Quinta-feira das 9h às 18h e de Sexta-feira das 9h às 17:30h.
- 4.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pela demanda, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 01 (um) dia, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante atesto da Nota Fiscal emitida pela contratada.
- 4.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pelas condições de usabilidade e pela segurança do bem nem a responsabilidade pela perfeita execução do contrato.

#### **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 5.1. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 5.2. A empresa será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do termo de referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- 5.3. A empresa será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto deste termo, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

#### **6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Art. 40, 1º, III, da Lei nº 14.133/21).**

- 6.1. Não será exigida a apresentação de garantia da execução contratual, que aludem o artigo 96 e subsequentes da Lei Federal nº 14.133/21.

#### **7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

Email: [contato@camaraconchal.sp.gov.br](mailto:contato@camaraconchal.sp.gov.br)

Avenida Prefeito Nelson Cunha, 101 – JD São Luiz – CEP: 13835.000 – Fone: (19) 3866-1197 – Conchal/SP





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL

### ESTADO DE SÃO PAULO

- 7.1. A medição será realizada por meio da verificação dos quantitativos, da conformidade das especificações dos bens e do cumprimento do prazo de entrega, em estrita observância ao disposto neste instrumento e à proposta comercial apresentada.
  - 7.2. A tesouraria da Câmara Municipal de Conchal irá realizar o pagamento em até 30 dias após a entrega do material ou execução dos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
  - 7.3. Para realização dos pagamentos, o proponente vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante o processo de habilitação;
  - 7.4. **Quando da emissão da nota fiscal/fatura, a empresa deverá destacar o valor das retenções dos tributos cabíveis ou, se for o caso, apresentar declaração nos termos da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal em vigor;**
  - 7.5. Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da entrega dos produtos;
  - 7.6. A empresa deverá encaminhar a nota fiscal para os e-mails: [contador@camaraconchal.sp.gov.br](mailto:contador@camaraconchal.sp.gov.br) e [tesoureiro@camaraconchal.sp.gov.br](mailto:tesoureiro@camaraconchal.sp.gov.br);
  - 7.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
  - 7.8. **O pagamento será feito através de crédito em conta corrente jurídica cujos dados bancários deverão ser fornecidos pela contratada através do orçamento e quando da emissão da Nota Fiscal;**
  - 7.9. O requerente somente atestará a entrega do objeto e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela Contratada, todas as condições pactuadas;
  - 7.10. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Câmara;
  - 7.11. O não pagamento no prazo previsto acarretará à Câmara Municipal de Conchal multa moratória de 0,03% (três centésimos por cento) do valor da parcela devida, a ser aplicado por dia de atraso até o do efetivo pagamento.
- 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**
- 8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade “dispensa em razão do valor”, com fundamento na hipótese do art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/2021;
  - 8.1.2. O critério de julgamento para a presente dispensa é o de **MENOR PREÇO GLOBAL**;
  - 8.1.3. Apurado o vencedor, a Câmara decidirá sobre a contratação, por meio de manifestação motivada no processo físico, sem que disso resulte, para o proponente, direito a qualquer indenização ou reclamação;
  - 8.1.4. Será contratada a empresa que apresentar proposta de menor valor, devendo a licitante se atentar ao critério de julgamento, desde que esteja devidamente habilitada para contratar com a Administração Pública e que atenda aos requisitos apontados;
  - 8.1.5. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:
    - 8.1.5.1. Habilitação jurídica:**
      - 8.1.5.1.1. **Pessoa física:** Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL

### ESTADO DE SÃO PAULO

- 8.1.5.1.2. **Empresários individuais:** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.1.5.1.2.1. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 8.1.5.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.1.5.1.4. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
- 8.1.5.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.1.5.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;
- 8.1.5.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 8.1.5.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, devidamente assinados e/ou autenticados em cartório ou de outras formas admitidas em lei.
- 8.1.5.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**
- 8.1.5.2.1. **Pessoas físicas:** prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 8.1.5.2.2. **Pessoas jurídicas:** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 8.1.5.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.1.5.2.4. A Prova de regularidade dos tributos federais e do INSS (certidões individuais), se emitidas antes do dia 03/11/2014, mas dentro dos períodos de vigência nelas indicados, serão aceitas.
- 8.1.5.2.5. Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Estaduais inscritos em Dívida Ativa), do domicílio ou sede do licitante;
- 8.1.5.2.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.1.5.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de

28





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL

### ESTADO DE SÃO PAULO

negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1.470/2011.

#### 8.1.5.3. **Habilitação Econômica e Financeira:**

- 8.1.5.3.1. Apresentação de certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da apresentação da proposta.
- 8.1.6. Não estando a empresa que apresentou o menor valor habilitada, será convocada a empresa com a proposta de segundo menor valor, e assim sucessivamente;

#### 9. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

- 9.1. Em conformidade com o artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021 e justificativas contidas no item deste Termo de Referência, a publicidade dos valores estimados pela Administração será diferida para após a homologação da contratação com a Administração.

#### 10. **DA PROPOSTA E PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA:**

- 10.1. Ao submeter a proposta comercial, a empresa concorda expressamente com todas as condições estabelecidas neste documento;
- 10.2. A proposta de preços deverá ser elaborada em língua portuguesa, datilografada e/ou digitada em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras, entrelinhas, constando o preço dos itens, expresso em reais (R\$), com 02 (dois) dígitos após a vírgula, no valor unitário e total, em algarismos arábicos e conter identificação do responsável pelo orçamento, atendendo as especificações dos itens supracitados;
- 10.3. Apresentar a DESCRIÇÃO/MARCA e MODELO do item/objeto ofertado, bem como preços completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto da dispensa, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, garantias e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o objeto a ser contratado/adquirido;
- 10.4. Constar prazo de validade das condições propostas a contar da data de apresentação da mesma;
  - 10.4.1. O prazo mínimo para validade da proposta deverá ser de 15 dias;
- 10.5. Indicar a razão social da empresa, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá fornecer o objeto da dispensa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail), para contato;
- 10.6. Conter prazo de entrega/execução do objeto ofertado. Não havendo indicação expressa, será considerado como prazo de entrega o estipulado neste termo;
- 10.7. Conter o nome e número do Banco, da Agência Bancária e da Conta Corrente Jurídica para efeito de pagamento do objeto contratado;
- 10.8. Após o envio da proposta pela licitante não caberá desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município;
- 10.9. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste termo;
- 10.10. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
  - 10.10.1. Que não atendam às condições deste Termo de Referência;
  - 10.10.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL

### ESTADO DE SÃO PAULO

agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- 10.10.3. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à emissão deste termo, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

#### **11. PENALIDADES:**

- 11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei, o Contratado/Adjudicatário que não assinar o termo de contrato (se houver), quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 11.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 11.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 11.1.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.4. Não mantiver a proposta;
- 11.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo, dentro outras condutas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021;
- 11.2. À empresa, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos Arts. 156 e 162 Lei Federal nº 14.133/2021, a saber:
- 11.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.2.2. Multa que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para o fornecimento;
- 11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com o Município de Conchal, por prazo não superior a cinco anos;
- 11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- 11.3. A penalidade de multa, desta cláusula, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da empresa;
- 11.4. É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas nos Arts. 90 §5º, 156, 162 e 337 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

#### **12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 12.1. As despesas decorrentes correrão por conta das Dotações Orçamentárias dos Elementos relativos ao exercício de 2025, a saber:
- 12.1.1. n.º 3.3.90.39.16.00.00.00 (código reduzido 28) MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

#### **13. EMBASAMENTO LEGAL:**

- 13.1. A presente contratação está sendo realizada como dispensa de licitação, de acordo com art. 75, § 3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

#### **14. DA CONTRATAÇÃO:**

Email: [contato@camaraconchal.sp.gov.br](mailto:contato@camaraconchal.sp.gov.br)

Avenida Prefeito Nelson Cunha, 101 – JD São Luiz – CEP: 13835.000 – Fone: (19) 3866-1197 – Conchal/SP

28





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL

### ESTADO DE SÃO PAULO

- 14.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, conforme art. 95 da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 14.2. As obrigações decorrentes desta contratação consubstanciar-se-ão na própria Nota de Empenho, podendo ser emitida uma única nota, para mais de um item do objeto do certame, caso adjudicados à mesma licitante.
- 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**
- 15.1. Poderá a Câmara Municipal de Conchal revogar a necessidade da aquisição ou contratação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado;
- 15.2. A Câmara deverá anular o presente termo, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação;
- 15.3. A anulação ou revogação de dispensa de licitação, não gera direito à indenização, ressalvado disposto no §3º, do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 15.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município;
- 15.5. O aviso de contratação direta, tendo procedência este termo de referência, ficará disponível pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, a critério da administração, conforme § 3º, art. 75 da Lei Federal nº 14.133/21, com objetivo de obter propostas adicionais de eventuais interessados no sítio eletrônico da Câmara Municipal;
- 15.6. Integram o presente termo:
- 15.6.1. ANEXO I – Modelo de proposta de preços;
- 15.7. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, fica eleito o Foro da Comarca de Conchal/SP, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 16. PUBLICIDADE:**
- 16.1. Até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura da presente contratação, a Câmara Municipal de Conchal providenciará sua publicação resumida em sítio eletrônico oficial, nos termos do art. 72, parágrafo único e art. 174 da Lei Federal n.º 14.133/21.

Conchal, 05 de setembro de 2025.

  
Yago Henrique Ferreira de Godoi  
**PRESIDENTE DA CÂMARA**





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL

### ESTADO DE SÃO PAULO

OBJETO: O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de reparação e adequação elétrica nas dependências da Câmara Municipal de Conchal, compreendendo fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários para a plena execução do serviço, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento.

RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

CNPJ nº \_\_\_\_\_ Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_ ENDEREÇO ELETRÔNICO: \_\_\_\_\_

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas., nossa proposta relativa à dispensa de licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados em sua execução.

ITEM	QUANTIDADE	MATERIAL	MARCA/MODELO	R\$ VALOR UNITÁRIO	R\$ VALOR TOTAL
01					

VALOR GLOBAL R\$ 0,00 (reais).

Prazo de validade da proposta:

Prazo de entrega da aquisição/prestação de serviço do objeto:

Prazo de garantia do objeto:

Declarações: Declaramos que nos preços propostos estão inclusos além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente dispensa de licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e entre outros conforme súmula 10 do TCE.

Declaramos que os itens ofertados atendem todas as especificações exigidas no Termo de Referência.

Praça de pagamento: Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_, município: \_\_\_\_\_.

Local e data, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ 2025.

\_\_\_\_\_  
Identificação do responsável  
RG ou CPF



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL

### ESTADO DE SÃO PAULO

## ANEXO II

### Justificativa do orçamento sigiloso

**Número da licitação:**

**Número do Processo Protocolado:**

**Modalidade:** Dispensa de Licitação (Art. 75 da Lei 14.133/2021)

**Objeto:** O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de reparação e adequação elétrica nas dependências da Câmara Municipal de Conchal, compreendendo fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários para a plena execução do serviço, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento.

---

Em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – “Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...”, cita-se:

Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117),

*A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para*





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL

### ESTADO DE SÃO PAULO

*administração. Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.*

Ainda segundo Zymmler e Dios (2014),

*Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e/ou da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame.*

Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade da aquisição,



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAL

### ESTADO DE SÃO PAULO

apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase do processo.

Desta forma e por todo justificado anteriormente, esta Câmara informa aos interessados que o ORÇAMENTO PREVIAMENTE ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO SERÁ TORNADO PÚBLICO APENAS E IMEDIATAMENTE APÓS O ENCERRAMENTO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas na Planilha Orçamentária – Quantitativo.

Câmara Municipal de Conchal, 05 de setembro de 2025.

Yago Henrique Ferreira de Godoi  
**PRESIDENTE**